

A FUNÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO APAGAMENTO DA IDENTIDADE INDÍGENA DO ALDEAMENTO DE MISSÃO DO SAHY

INTRODUÇÃO: Após 326¹ anos de esquecimento, o aldeamento de Missão do Sahy² continua tendo sua identidade indígena violentada pelas relações de poder que elaboram os currículos escolares que assistem os *kunumins*³ e *cunhatãns*⁴ da comunidade. Mesmo 15 anos depois da promulgação da lei 11.645/2008 que torna obrigatório o ensino de história e cultura indígena no país, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição – vigente no biênio de 2022 e 2023 – afirma que a escola não trabalha questões indígenas. Cabe ressaltar que a escola é frequentada majoritariamente por estudantes indígenas, que no âmbito jurídico da escola tem sua cultura menosprezada. **OBJETIVOS:** Diante dos pressupostos apresentados, o presente texto busca refletir a negação da educação indígena institucionalizada pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola pública contida em um aldeamento do semiárido baiano. **METODOLOGIA:** Para tanto, recorre-se ao paradigma qualitativo para desvelar esse fenômeno, pois esse instrumento: “têm se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, as crenças, os valores e representações sociais, que permeiam a rede de relações sociais” (Pádua, 2016, p. 40). Além disso, utiliza-se da pesquisa documental a partir do estudo de documentos impressos ou de transcrições orais (Fachin, 2013). Com isso, este trabalho consiste na análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da referida escola, debruçando-se nas relações de poder que permeiam a construção desse texto documental. **RESULTADOS:** O Projeto Político Pedagógico (2022, p. 13) da instituição – que foi escrito por *carís*⁵ - aponta que “não trabalha especificamente com a temática, pois a comunidade não se autor reconhece, mesmo tendo toda sua história pautada por lutas e conquistas dos povos indígenas”. Cabe destacar que esse documento foi formulado por profissionais da educação não indígenas da sede do município, sem consultar os docentes⁶ e colaboradores da instituição, nem tampouco as pessoas da comunidade. Em contraposição, no âmbito jurídico, o Referencial Curricular Bonfinense: Educação Infantil e Ensino Fundamental, vigente desde o ano de 2020 reconhece Missão do Sahy enquanto comunidade indígena e que as práticas pedagógicas devem comungar com esse princípio étnico.

¹ Remete ao período da fundação do aldeamento indígena de Missão do Sahy no semiárido baiano, tendo a sua datação histórica no ano de 1697, nesse período a comunidade era nomeada de Missão franciscana de Nossa Senhora das Neves dos Sahys. Sendo na época sede administrativa das Jacobinas – região pertencente a sesmaria de Garcia D’ávila – tendo sua abrangência territorial iniciada no Rio de Contas até os atuais municípios de Paulo Afonso e Juazeiro, Bahia (Paz, 2009).

² Palavra de origem *Kiriri* – nação indígena originária de Missão do Sahy – que remete tanto a uma espécie de pássaro que habita a comunidade, quanto ao nome de um antigo cacique do aldeamento.

³ Expressão *Tupi-guarani* para se referenciar a meninos.

⁴ Termo *Tupi-guarani* para fazer menção a meninas.

⁵ Palavra *Tupi-guarani* para se referir a pessoas não indígenas de raça branca.

⁶ O colegiado docente da instituição, gestão escolar e colaboradores da escola é composto em sua grande maioria por indígenas.

Outrossim, os educadores realizam no seu cotidiano escolar um ensino contextualizado, levando em consideração a história e cultura indígena da *taba*⁷. Porém, no âmbito curricular essas práticas são apagadas e refutadas. Em face disso, a quem interessa o apagamento da educação indígena do Projeto Político Pedagógico (PPP)? O que há por trás da tentativa de impedir o processo de etnogênese dos *kunumins* e *cunhatãns*? Destarte, sem o ato transgressor das docentes de contrariar o PPP e desenvolverem trabalhos para a ressurreição plena da identidade *Kiriri*, as novas gerações continuariam a repetir a negação de um pequeno grupo da população em negar a sua etnia. Para compreender esse processo de negação é salutar percorrer as memórias de *cuessé cuessé cuessé*⁸, especificamente na origem da humanidade, segundo a tradição dos indígenas tuparis, narrada por Macurap (2012, p. 39 – 39): “*Nambu* ordenou a *Beüd*: – Ensina direito nossa língua para eles. Era para eles saberem só nossa língua. *Jabuti*, ensinou outras, ensinou errando, fez as pessoas falarem várias línguas. [...] Já se instalara a confusão”. Essa desordem advinda da educação errante de *Beüd*, o filho da pedra, possibilitou as expressões do multiculturalismo entre os povos originários. Comungante a isso, Dourado (2008) aponta que a antiga Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahy constituiu-se como um aldeamento de diferentes nações indígenas: *Cariris*, *Kiriris*, *Payayás* e *Pataxós* agrupados pela Ordem dos Frades Menores (OFM) após receberem o batismo, com o intuito de introjetar o valor cristão da obediência, a fim de explorar sua força de trabalho. Diante disso, vislumbra-se o requinte de crueldade presente na colonização dessas terras. Assim, comunidades indígenas diferentes eram obrigadas a subsistir em um reduto, onde manifestavam-se as mais diversas línguas, costumes e crenças. Este fenômeno é definido pelo antropólogo Darcy Ribeiro (1995) como um moinho de gastar gente que gerou o caldo cultural da sociedade brasileira. Assim as tradições e costumes originários dos povos *Kiriris* foram apagados ao longo do processo de deculturação⁹ proposta pelos invasores portugueses. Em decorrência disso, Araújo (2016, p. 8 - 9) aponta que: “sequer a população do povoado parecia lembrar-se da própria existência indígena, ainda que o traço dos rostos e um mundo de palavras, gestos e hábitos lhes gritasse o contrário, e ainda que persistisse uma aldeiazinha escondida nas montanhas”. Esse esquecimento da própria etnia advém do requinte de crueldade praticado ao longo da invasão e escravização desses povos que tinham suas tradições demonizadas cotidianamente pela classe hegemônica. Sendo levados a expiar a “culpa” de serem indígenas, derramando seu sangue sobre a imagem do Bom Jesus dos Remédios¹⁰ anualmente, na sexta-feira da paixão, em um ritual auto lesivo criado pelos franciscanos e imposto aos indígenas que se perpetuou até a primeira década do século XX (Paz, 2009). O sangue *Kiriri*, *Cariri*, *Payayá* e *Pataxó* não escorreu pelas escadarias da igreja matriz do aldeamento, permanece a correr

⁷ Expressão do povo *Tupiniquim* que remete ao conceito de aldeia.

⁸ Expressão que advém do tupiniquim que em tradução para o português pode ser definida como “antigamente”.

⁹ Conceito forjado por Ribeiro (1995) que remete ao apagamento e imposição de uma nova cultura aos povos originários do Brasil.

¹⁰ Imagem de Jesus morto esculpida em madeira, de pele branca e peruca feita de cabelos loiros. Trazida pelos frades franciscanos na época das missões.

nas veias e nos corações. Entretanto, o decreto 1775/96 que descreve o processo de reconhecimento das comunidades indígenas enfatiza a necessidade da definição de uma nação específica, fato inviabilizado pela fusão de diversas nações no curso da história, fazendo com que a comunidade não seja reconhecida juridicamente enquanto território indígena. Necessário se faz este reconhecimento, pois é inconcebível que uma escola em território indígena não consiga ser contextualizada. Caso este feito não se concretize a escola continuará a atuar como aparelho ideológico do estado (Althusser, 1970) através dos seus currículos, a fim de que os *kunumins* e *cunhatãs* continuem em condição de alienação. E desta forma os povos indígenas do aldeamento não tomem posse, tanto do latifúndio do conhecimento ancestral, quanto das suas terras. Outrossim, na perspectiva de Paz (2016, p. 13) o município de Senhor do Bonfim “regalou a sua própria história ao esquecimento ou ao campo mitológico”. Desse modo, ignorar a formação da comunidade de Missão do Sahy é desprezar o marco historiográfico propulsor da colonização do norte da Bahia, este que, tem seus primeiros registros em 1697 (Paz, 2016). Fazendo com que as escolas não assumam práticas de educação contextualizadas voltadas à etnogênese. Ademais, para haver autorreconhecimento, Munduruku (2012, p. 17) discorre sobre a importância da oferta “aos educandos da visão de mundo indígena”. Resgatando, assim, outras formas de existência que valorizem os saberes dos guardiões da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Desta forma, o currículo, enquanto um território de disputas, legitimando ou não os conhecimentos que devem ser ensinados ou refutados, são constantemente atravessados pelos interesses da classe hegemônica, fazendo com que os saberes dos povos tradicionais não constem nos documentos. Portanto, apesar da insurgência docente, deve-se defender a legitimação dessa prática como parte da concepção do Projeto Político Pedagógico da escola, havendo assim uma contradição entre os documentos oficiais que negam os saberes ancestrais da comunidade e as práticas pedagógicas indianistas das educadoras da instituição.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado**. 1 ed. Lisboa: Presença 1970.

ARAÚJO, Wandísio Almeida de. Prefácio. In: PAZ, Maria da Glória. **Colégio Estadual de Missão do Sahy: os olhares de uma escola sobre um antigo aldeamento**. 1. Ed. São Paulo: Polo Books, 2016. p. 7 – 10.

BRASIL. **Decreto 1.775**, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo

oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

DOURADO, Maria das Neves de Aquino. **Currículo, Narrativas e Oralidade: A história de vida de D. Terezinha e as contribuições para o currículo da Escola Municipal Antônio Bastos de Miranda - Missão do Sahy**. 2008. Monografia (Curso de Pedagogia). Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5ª ed. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2013. 210 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 275 p

MACURAP, Iaxuí Miton Pedro Mutum. As primeiras pessoas. In: MINDLIN, Betty. **Terra grávida**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Distr Record, 2012. p. 37 – 39.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990)**. 1. Ed. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 2029.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática**. 18 ed. São Paulo: Papyrus Editora, 2016. P. 142.

PAZ, Maria da Glória. **Colégio Estadual de Missão do Sahy: os olhares de uma escola sobre um antigo aldeamento**. 1. Ed. São Paulo: Polo Books, 2016. p. 98.

PAZ, Maria Glória da. **História e educação de mulheres remanescentes indígenas de Missão do Sahy**. 2009. 213 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Estudos Sociais Alicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 470.

SENHOR DO BONFIM. **Projeto Político Pedagógico da escola**. Senhor do Bonfim, 2022.

SENHOR DO BONFIM. **Referencial Curricular Bonfinense: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Senhor do Bonfim, 2020.